



José Gabriel Ávila \*

# Repensar a mobilidade dos Açorianos

Os graves incómodos e os consequentes prejuízos causados pelo cancelamento dos voos para os Açores e no interior do arquipélago devem provocar uma profunda reflexão sobre os constrangimentos na mobilidade a que o arquipélago está sujeito.

Em primeiro lugar, trata-se de uma situação que respeita à Proteção Civil, porque envolve pessoas em situações muito complexas. Encarar a proteção civil apenas como um serviço de resposta a situações de catástrofes naturais é muito redutor, pois, no caso vertente, milhares de cidadãos, naturais e estrangeiros, ficaram impedidos de sair das ilhas e de retornar aos seus destinos, seja porque motivos fossem.

Depois porque, a retenção dos passageiros, em situações precárias exige que sejam tomadas medidas para minimizar o termo da hospedagem e a falta de alojamentos que se registou, tal foi o número de passageiros retidos.

Por estes dias, à exceção da Câmara da Horta e do Terminal do Aeroporto de Ponta Delgada não ouvi outros organismos ligados à Proteção Civil que tivessem disponibilizado espaços e alimentos que confortassem quem passava por situações indesejáveis. Curiosamente, decorreu nessa altura um exercício de preparação de organismos ligados ao socorro de emergências, mas num cenário diferente da situação real gerada pelos intensos e persistentes nevoeiros.

Oxalá os responsáveis pela Proteção Civil Açoriana alarguem o seu âmbito de ação e não a restrinjam apenas a acidentes e desastres naturais.

A História destas ilhas é pródiga em eventos que afetaram o viver das populações, pelo que é obrigação dos governantes dotar o arquipélago de equipamentos necessários e capazes de fazer face a estas contingências.

Não basta repetir, em alta voz, nos areópagos nacionais e europeus as vantagens e potencialidades da localização dos mares dos Açores nos contextos geoestratégico, económico, e ambiental, quando a nossa mobilidade limita-se aos navios de transportes de mercadorias e a ligações de passageiros e viaturas com barcos de reduzidas dimensões apenas no grupo central.

O cancelamento do tráfego aéreo no aeroporto de Ponta Delgada durante alguns dias, por razões incontornáveis, poderia ter sido grandemente minimizado se houvesse, como já houve, um navio de transporte de passageiros. Em poucas horas, a embarcação levaria a Santa Maria ou à Terceira os passageiros para embarcar nas respetivas companhias, pois algumas delas, por razões técnicas, tiveram de voar para esses destinos.

Infelizmente, a política de mobilidade inter-ilhas do Governo Regional continua de vistas-curtas.

Prefere-se pagar cada vez mais milhões à SATA por uma tarifa que não resolve as situações gravosas como as que ocorreram e dispender verbas apreciáveis pelo serviço público efetuado pela SATA, o qual, nos próximos cinco anos, custará 250 M€ (!).

Não é possível manter esta política por muito mais tempo, a não ser que se pretenda "A Ilha Grande fechada" (expressão feliz do saudoso Daniel de Sá) no contexto do arquipélago.

O mar é a nossa auto-estrada de comunicação com o arquipélago e com o mundo, como o prova o crescente número de iates que atracam, de Ocidente a Oriente, nas nossas marinas e portos de recreio náutico, construídas para receber quem aqui "faz aguada".

Foi com vista a facilitar as ligações marítimas de passageiros e viaturas que se construíu – e bem!- rampas rô-rô em quase todas as ilhas. E que benefícios trouxeram enquanto serviram!

Entre maio e outubro, os açorianos que têm o mar como parceiro das suas vidas, das suas alegrias e tristezas, tiveram oportunidade de conhecer cada uma das ilhas e o viver das suas gentes, transportando a sua viatura a preços convidativos.

Muitos idosos, por iniciativa de municípios e outras instituições sociais, tiveram idêntica oportunidade. Também milhares de jovens beneficiaram desse transporte sazonal, participando nos festivais que ocorrem em várias ilhas, criando amizades, fortalecendo a unidade e a identidade açorianas.

O Governo de Vasco Cordeiro, alegando razões sanitárias decorrentes

da pandemia (na Madeira as ligações com Porto Santo mantiveram-se), interrompeu as viagens dos "ferries" e J.M. Bolieiro, contrariando o seu programa eleitoral, deu a machadada final.

Constata-se, porém, que a crescente atividade turística carece desse tipo de transporte complementar na época alta, de que os antigos iates do Pico foram o símbolo maior. E quando os açorianos que preferiam viajar pelo mar deram conta, encerrou-se uma longa e, por vezes, controversa história do transporte marítimo de passageiros de um extremo ao outro do arquipélago, sobrecarregando as disponibilidades da SATA e agravando a vida dos açorianos das ilhas mais pequenas.

O exemplo que contraria a política regional de transportes vem de outros arquipélagos europeus mais competitivos e tradicionais como as Canárias, as Baleares e as ilhas gregas, estas profusamente servidas por transporte aéreo.

Todos reconhecem, menos quem nos governa, que os transportes marítimos e aéreos são complementares e os via-marítima tem custos mais baixos que os via-aérea. Nesta época do ano, face à procura do arquipélago, existe, por norma, menos imprevisibilidade meteorológica. Todavia, nos últimos dias, os meteorologistas e organismos internacionais têm alertado para temperaturas altas, por efeito do fenómeno El-Niño.

De que forma estão as entidades da Proteção Civil a preparar-se para responder a essas mudanças que poderão ter também implicações na mobilidade dos açorianos e dos nossos visitantes?

O clima é uma componente muito importante do processo de desenvolvimento e a previsão dos seus efeitos é fundamental sobretudo para uma região arquipelágica como a nossa, com o turismo a contribuir para um forte dinamismo constituir económico.

É tempo de pensar a sério no que ele exige, que não se limita apenas à hotelaria e restauração, nem a melhores condições de acesso aeroportuário.

Sem transportes acessíveis, com lentares e rápidos, os destinos podem ser maravilhosos, mas não têm procura.

O problema da mobilidade açoriana exige uma apreciação global e não parcial, que envolva todas as ilhas, todas as situações, nomeadamente a saúde e todos os negócios, sobretudo os mais vulneráveis. Para que todos os açorianos se sintam envolvidos no desenvolvimento harmónico que há muito se reclama, mas tarda em acontecer.

